

# SP tem 3 mil condenados alojados ilegalmente em DPs

**ROGERIO WASSERMANN**

Especial para o Estado

Um ano após o anúncio do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), 3.067 presos condenados pela Justiça estão alojados ilegalmente nos distritos policiais da cidade. Pela lei, os condenados teriam de cumprir as penas em presídios, penitenciárias ou casas de detenção. Como estão superlotados, a Justiça demora a autorizar transferências.

A ilegalidade agrava a já séria superlotação das celas, constituindo mais um caso de desrespeito aos direitos humanos. No total, 7.492 presos encontram-se detidos

em distritos da capital, onde caberiam, no máximo, 2.640.

A Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda espaço mínimo de 6 metros quadrados por preso. Em alguns distritos de São Paulo, como o 5º DP, na Aclimação, cada preso tem direito a menos de meio metro quadrado. Lá, 165 detentos dividem o espaço onde caberiam no máximo 30. Os presos se revezam para dormir.

Segundo a Secretaria de Estado das Administrações Penitenciárias, 12 novos presídios, com capacidade para 550 presos cada, devem ser construídos até junho de 1998. Outros nove, com capacidade total para 6.500 presos, de-

vem substituir a Casa de Detenção do Carandiru, em São Paulo, onde o índice médio de ocupação é de 2 metros quadrados por preso. Por conta do PNDH, o governo federal repassou R\$ 117 milhões para a desativação do Carandiru. O plano prevê ainda a construção de 42 novas penitenciárias — 11 no Estado de São Paulo.

Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), Jairo Fonseca, a construção de presídios não resolve o problema. Ele defende a amnistia aos presos por crimes mais leves. "Sem descumprir a lei, é possível soltar até metade dos presos", afirma.